

Coremas III  
Geração de  
Energia SPE S.A.

**Demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2021 e 2020**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis</b>	<b>11</b>



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da  
Coremas III Geração de Energia SPE S.A  
Coremas - PB

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Coremas III Geração de Energia SPE S.A (Companhia) , que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Coremas III Geração de Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil .

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022.

KPMG Assurance Services Ltda.  
CRC 2SP023228/O-4



William Morton Ricardo  
Contador CRC 1SP239058/O-5X

## Coremas III Geração de Energia SPE S.A.

### Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
	<b>Nota explicativa</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>		<b>Nota explicativa</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.302.181	3.154.275	Empréstimos e financiamentos	11	4.471.423	295.277
Contas a receber de clientes	7	2.122.387	3.242.446	Fornecedores	12	8.337.230	20.872.993
Impostos e contribuições a recuperar		5.369	105.684	Imposto de renda e contribuição social		225.742	141.067
Outras contas a receber	8	125.132	981.468	Obrigações tributárias		145.072	1.122.598
		<b>9.555.069</b>	<b>7.483.873</b>	Outras contas a pagar	13	2.117.992	3.966.154
						<b>15.297.459</b>	<b>26.398.089</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Imobilizado	9	139.699.496	139.804.495	Empréstimos e financiamentos	11	72.958.218	61.745.734
Intangível	10	852.222	885.556	Outras contas a pagar	13	152.157	152.157
		<b>140.551.718</b>	<b>140.690.051</b>			<b>73.110.375</b>	<b>61.897.891</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	14	73.172.322	67.866.197
				Prejuízos acumulados		(11.473.369)	(7.988.253)
						<b>61.698.953</b>	<b>59.877.944</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>150.106.787</b>	<b>148.173.924</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>150.106.787</b>	<b>148.173.924</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Coremas III Geração de Energia SPE S.A.

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional líquida	15	22.566.902	3.980.882
(-) Custos de operação	16	(10.308.551)	(933.255)
<b>Lucro bruto</b>		<b>12.258.351</b>	<b>3.047.627</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas administrativas e gerais	16	(1.518.506)	(409.013)
Outras despesas operacionais	16	(1.616.230)	(3.723.350)
Outras receitas operacionais	16	240.127	24.675
		<b>(2.894.609)</b>	<b>(4.107.688)</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>9.363.742</b>	<b>(1.060.061)</b>
Receitas financeiras	17	316.362	354.424
Despesas financeiras	17	(12.360.257)	(1.109.885)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(12.043.895)</b>	<b>(755.461)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(2.680.153)</b>	<b>(1.815.522)</b>
Tributos sobre o lucro	21	(804.963)	(164.927)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(3.485.116)</b>	<b>(1.980.449)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Coremas III Geração de Energia SPE S.A.**

### **Demonstração do resultado abrangente**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

*(Em Reais)*

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<u><b>(3.485.116)</b></u>	<u><b>(1.980.449)</b></u>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><u><b>(3.485.116)</b></u></u>	<u><u><b>(1.980.449)</b></u></u>

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.**

## Coremas III Geração de Energia SPE S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em Reais)*

	Capital Social subscrito	Capital Social a integralizar	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>58.410.033</b>	<b>(3.720.209)</b>	<b>54.689.824</b>	<b>(6.007.804)</b>	<b>48.682.020</b>
Aumento de capital	14.301.996	(1.125.623)	13.176.373	-	13.176.373
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.980.449)	(1.980.449)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>72.712.029</b>	<b>(4.845.832)</b>	<b>67.866.197</b>	<b>(7.988.253)</b>	<b>59.877.944</b>
Aumento de capital	5.874.377	(568.252)	5.306.125	-	5.306.125
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.485.116)	(3.485.116)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>78.586.406</b>	<b>(5.414.084)</b>	<b>73.172.322</b>	<b>(11.473.369)</b>	<b>61.698.953</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Coremas III Geração de Energia SPE S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo do exercício		(3.485.116)	(1.980.449)
<b>Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:</b>			
Depreciação e amortização	9/10	6.200.613	817.304
Baixa de ativo imobilizado	9	208.717	-
Juros sobre empréstimos	11	9.845.126	1.058.227
Amortização dos custos de transação dos empréstimos	11	104.853	-
Provisão de ressarcimento	13	2.026.956	3.723.350
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	804.963	164.927
<b>Aumento líquido/(redução) das contas de ativos e passivos operacionais</b>			
Contas a receber		1.120.059	(3.242.446)
Tributos a recuperar		100.315	(70.746)
Outras contas a receber		856.336	(968.302)
Fornecedores		1.958.998	(206.514)
Outras obrigações tributárias		(977.526)	1.066.223
Outras contas a pagar		(3.966.155)	(3.450.181)
<b>Caixa (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>14.798.139</b>	<b>(3.088.607)</b>
Juros pagos	11	(10.422.943)	(1.366.564)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(720.288)	(388.217)
<b>Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>3.654.908</b>	<b>(4.843.388)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de imobilizado		(20.765.758)	(84.642.717)
<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento</b>		<b>(20.765.758)</b>	<b>(84.642.717)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Aumento de capital	14	5.306.125	13.176.373
Captação de empréstimos	11	21.603.115	65.386.542
Amortização do principal do empréstimo	11	(400.204)	-
Custo da transação do empréstimo	11	(3.799.293)	(354.480)
Aplicação financeira restrita	11	(1.542.024)	(4.087.843)
Mútuos com partes relacionadas		91.037	2.479.498
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>21.258.756</b>	<b>76.600.090</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>4.147.906</b>	<b>(12.886.015)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.154.275	16.040.290
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		7.302.181	3.154.275
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>4.147.906</b>	<b>(12.886.015)</b>

Coremas III Geração de Energia SPE S.A.

## 1 Contexto operacional

Coremas III Geração de Energia SPE S.A. (“Companhia”) é sociedade anônima constituída em 16 de fevereiro de 2016 estabelecida no Sítio Escurinho município de Coremas, no estado da Paraíba. Seu objetivo principal consiste na construção, operação e manutenção de usina solar fotovoltaica para venda de energia.

A Companhia possui 1 (uma) central geradora de energia solar com 9 (nove) unidades geradoras (inversores) de 3,000 MW de potência nominal totalizando 27 MW de capacidade instalada.

### 1.1 Autorização para produção de energia elétrica

A Companhia possui autorização outorgada para produção independente de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

Central Geradora	Portaria MME	Publicação da Portaria	Prazo Autorização	Capacidade de energia instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)
UFV Coremas III	210/2016	31/05/2016	35 anos	27	7,1

### 1.2 Contrato de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o seguinte contrato de compra e venda de energia de longo prazo:

Central Geradora	Tipo Contratação	Compradora	Contrato Ano	Preço contratado por MW (a)	Prazo	Índice de Reajuste	Mês de Reajuste
SOL Coremas III	8º Leilão de Energia de Reserva (LER)	CCEE	2015	R\$ 302,80	Nov/2018 a Out/2038	IPCA	Novembro

(a) O preço por MW é atualizado, anualmente, pelo IPCA e em 31 de dezembro de 2021 é de 409,49 (2020: R\$ 370,00).

### 1.3 Efeito da Pandemia – COVID 19

Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que não foram detectados riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações, tendo em vista que a Companhia detém contrato de venda de energia firmados antes do evento da COVID-19 que estão assegurados pela CCEE. Mesmo com as restrições da pandemia, a curva de produção não foi afetada tendo em vista que dependemos única e exclusivamente da irradiação solar e de comandos que são realizados remotamente, e não há, até o momento, nenhuma evidência de inadimplência por parte do cliente.

### 1.4 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$5.742.390 (2020: R\$18.914.216). O índice negativo está relacionado ao consumo de caixa para pagamento dos juros dos empréstimos que aumentaram, em comparação ao último exercício financeiro, por conta da variação do IPCA (indexador contratual). Adicionalmente, a Companhia apurou, em 2021 prejuízo no montante de R\$ 3.485.116 (2020: R\$ 1.980.449).

O resultado da Companhia é sensível às variações do IPCA dado que o preço do contrato de longo prazo com o cliente (PPA - Power Purchase Agreements) e o valor dos juros do empréstimo são indexados a este índice.

Pela natureza do contrato com cliente, são previstos recebimentos de caixa certos e recorrentes e, conforme avaliação da Administração, o preço contratual indexado ao IPCA confere projeções de aumento da receita operacional acima do inicialmente projetado, o que refletirá um aumento significativo da receita durante todo o prazo remanescente do contrato.

A Companhia também mantém contrato de suporte de capital (Equity Support Agreement) dos acionistas indiretos (Nordic Power Partners e Rio Alto Energia Ltda) em favor dos bancos fiadores no qual se compromete a prover recursos suficientes para cumprimento das dívidas. Dessa forma, entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, para cumprir com as obrigações financeiras de curto prazo.

Isto posto, as demonstrações financeiras foram preparadas em uma base contábil de continuidade, que contempla a perpetuidade das operações, a realização dos ativos e a satisfação dos passivos e compromissos no curso normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2021 as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que possam resultar da incapacidade de continuar em operação.

## **2 Base de apresentação**

### **a. Declaração e conformidade**

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 31 de março de 2022.

### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico amortizado, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados a valor justo por meio do resultado.

### **c. Moeda funcional e de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

## **3 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**(i) Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir:

**a. Vida útil dos ativos**

A vida útil dos ativos é estimada com base na análise técnica das reais condições de uso e necessidade de manutenção do ativo bem como a análise do período pelo qual o ativo pretende ser utilizado nas operações da Companhia. Os ativos são submetidos à testes de recuperabilidade (impairment) a cada exercício financeiro, conforme nota 4 (d)(ii).

**b. Provisão para perdas em processos judiciais**

As provisões para perdas em processos judiciais são constituídas, no passivo, com base na expectativa de perda provável definida pelos assessores jurídicos da Administração. Estas provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

**c. Provisão de ressarcimento**

A Companhia reconhece a provisão de ressarcimento em virtude de desvios negativos de geração de energia considerando-se as faixas de tolerância. O acompanhamento da energia gerada e contratada é realizado mensalmente, e a contabilização da provisão de ressarcimento ocorre, durante o ciclo contratual, quando a Companhia considera provável incorrer em passivos de ressarcimento por desvios negativos de geração de energia.

**d. Reconhecimento de receita anual variável**

A Companhia reconhece a receita quando da apuração dos desvios positivos de geração de energia considerando-se as faixas de tolerância. O acompanhamento da energia gerada e contratada é realizado mensalmente, e a contabilização da receita variável ocorre ao final do ciclo contratual quando há a apuração do saldo acumulado da conta de energia e a Companhia passa a ter o direito à contraprestação de receita sobre os desvios positivos de geração energia.

**4 Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis descritas na nota explicativa nº5.

**a. Instrumentos financeiros**

**(i) Ativo Financeiro**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A classificação de um instrumento financeiro no momento inicial é como segue:

**Ativos financeiros ao custo amortizado:** são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável (perdas por impairment). As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** se o instrumento financeiro for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado após seu reconhecimento inicial, ou não tiver sido anteriormente reconhecido, a diferença no momento da designação entre o valor contábil, se houver, e o valor justo é imediatamente reconhecida no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

*Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais (pagamento de principal e de juros).* Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamento (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros, isso inclui a avaliação sobre se o ativo Financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxo de caixa de ativos específicos (por exemplos, baseados na performance de um ativo).

**(ii) Passivos financeiros**

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia possui passivos financeiros classificados nessa categoria.
- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 22.

**(iii) Instrumentos financeiros derivativos**

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não celebrou contrato de instrumentos financeiros derivativos.

**b. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e Mensuração**

O ativo imobilizado é inicialmente mensurado pelo seu custo histórico de aquisição. Os componentes do custo contemplam (a) as aquisições; (b) os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição de funcionamento e (c) custos de empréstimos atribuíveis diretamente à construção do ativo imobilizado.

**(ii) Custos subsequentes**

Os custos de manutenção periódica dos ativos são reconhecidos no resultado quando de sua competência. Custos subsequentes apenas são capitalizados quando, e na medida que, prováveis benefícios econômicos associados ao item fluam para a Companhia.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada separadamente para cada item do ativo com custo significativo (em relação ao custo total). O cálculo é efetuado com base na vida útil, limitada ao período de autorização, e valores residuais estimados, utilizando o método linear.

A depreciação do período é reconhecida no resultado e os métodos de cálculo, e as estimativas são revistos a cada exercício financeiro.

**c. Receitas de venda de energia elétrica**

A receita é mensurada e reconhecida com base no Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade quantidade de energia elétrica de acordo com os seguintes parâmetros:

A receita é mensurada e reconhecida com base no Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade quantidade de energia elétrica de acordo com os seguintes parâmetros:

**(i) Reconhecimento da receita**

O principal critério de reconhecimento e mensuração da receita do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- A identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- A identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- A determinação do preço para cada tipo de transação;
- A alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- O cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período no tempo, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

**(ii) Contrato com CCEE**

Corresponde, se aplicável, ao pagamento associado aos desvios positivos de geração de energia considerando-se as faixas de tolerância. Os valores são apurados ao final de cada ano contratual pelo controle do saldo acumulado da conta de energia.

*Receitas mensais recorrentes*

A Companhia reconhece receita operacional mensalmente pela entrega da energia, no limite da quantidade de energia fixa contratada, conforme Contrato de Energia de Reserva (CER).

*Receitas anuais variáveis*

O Contrato de Energia de Reserva (CER) estabelece que sejam apuradas, ao final de cada ano contratual, as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. A parcela do saldo acumulado ao final de cada ano contratual que extrapolar os limites da faixa de tolerância confere direito à contraprestação de receita variável.

O reconhecimento da receita variável no resultado ocorre anualmente, após a apuração do saldo acumulado da energia gerada excedente, quando a Companhia entende cumprir com a obrigação de desempenho contratual.

**d. Redução ao valor recuperável**

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- (i) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa de cliente é reconhecida quando, e na medida em que, a Administração considera que é pouco provável que o devedor pague suas obrigações de crédito à Companhia.
- (ii) **Ativos não financeiros:** O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo supere o valor recuperável estimado.

No exercício findo em 2021 a Companhia concluiu não haver indicativos de redução ao valor recuperável de seus ativos (financeiros e não financeiros).

**e. Imposto de renda e contribuição social correntes**

**Imposto de renda corrente (IRPJ):** calculado com base na aplicação das alíquotas de 15% sobre o lucro presumido, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro presumido excedente de R\$ 240.000.

**Contribuição social corrente (CSLL):** calculada com base na aplicação da alíquota de 9% sobre o lucro presumido.

**f. Provisões**

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal que possa ser mensurada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para sua liquidação.

**g. Receita e despesa financeira**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, estas são reconhecidas, em sua competência, no resultado do exercício por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com custo e juros sobre os empréstimos, IOF, despesas bancárias, multas contratuais, e juros sobre outras obrigações que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método da taxa efetiva de juros.

## **5 Novas normas e interpretações**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras pois não espera efeito significativo em suas operações.

### **Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)**

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

### **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)**

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

### **Outras Normas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Revisão de pronunciamentos técnicos CPC nº19 – Atualizações com vigência a partir de 2022;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- CPC 50 Contratos de Seguros.
- Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26).
- Definição de estimativas contábeis (Alterações ao CPC 23).

## 6 Caixas e equivalentes de caixa

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Banco conta movimento	46.407	3.008.660
Aplicações financeiras (a)	7.255.774	145.615
	<b>7.302.181</b>	<b>3.154.275</b>
	<b>7.302.181</b>	<b>3.154.275</b>

- (a) A conta corresponde a aplicações financeiras de resgate imediato, com baixo risco de mudança de valor e com prazo de vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender às obrigações de curto prazo. A remuneração das aplicações é de em média 100% da CDI em 2021 e 2020.

## 7 Contas a receber

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Recebíveis de energia de reserva – receita fixa (a)	2.122.387	1.917.710
Recebíveis de energia de reserva – receita antecipada (b)	-	1.324.736
	<b>2.122.387</b>	<b>3.242.446</b>
	<b>2.122.387</b>	<b>3.242.446</b>

- (a) Se referem ao montante a receber decorrente da parcela mensal da receita recorrente descrita na nota 4c (ii).
- (b) Se referem ao montante a receber decorrente da parcela mensal da receita antecipada auferida no período de testes (antes do início da operação).

A Companhia não constituiu PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores, tendo em vista que possui apenas um cliente, a CCEE, que possui poucas ocorrências de inadimplência no mercado de energia. As outras transações de contas a receber ocorrem com as partes relacionadas. A Administração julga não necessário o reconhecimento de perdas estimadas para esses recebíveis.

A abertura do saldo a receber, de 2021, por vencimento está demonstrada no quadro a seguir:

	<b>Valor</b>
A vencer em até 30 dias	2.122.387
<b>Total a vencer</b>	<b>2.122.387</b>
	<b>2.122.387</b>

## 8 Outras contas a receber

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Prêmios de seguro (a)	125.132	88.917
Análise do projeto (b)	-	477.778
Outros créditos a apropriar	-	414.773
	<b>1.161.353</b>	<b>981.468</b>

- (a) Prêmios de seguro: são despesas pagas antecipadamente referentes às apólices de seguros de risco operacional e responsabilidade civil necessários para operação da usina. Os valores são apropriados nas contas de despesa, mensalmente, em função do prazo de vigência das apólices.
- (b) Análise do projeto: despesa antecipada para avaliação do projeto pelo Banco do Nordeste cuja amortização ocorreu integralmente no exercício de 2021.

## 9 Imobilizado

	<b>Obras em Andamento</b>	<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>71.241.880</b>	-	<b>71.241.880</b>
Aquisições	69.345.568	-	69.345.568
Transferências	(140.587.448)	140.587.448	-
Depreciação (a)	-	(782.953)	(782.953)
	-	<b>139.804.495</b>	<b>139.804.495</b>
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>-</b>	<b>139.804.495</b>	<b>139.804.495</b>
Aquisições	-	6.270.997	6.270.997
Baixas	-	(208.717)	(208.717)
Depreciação (a)	-	(6.167.279)	(6.167.279)
	-	<b>139.699.496</b>	<b>139.699.496</b>
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>-</b>	<b>139.699.496</b>	<b>139.699.496</b>

- (a) A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear de acordo com a vida útil estimada para cada unidade geradora. A vida útil para a Central Geradora (UFV) foi estimada por meio de laudo técnico de engenharia. A depreciação dos ativos está limitada ao período de autorização, conforme nota explicativa 1.1. A taxa média anual de depreciação da central geradora foi de 4,28% a.a..

## 10 Intangível

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Direito de uso de terreno (a)	1.000.000	1.000.000
(-) Amortização	(147.778)	(114.444)
	<b>852.222</b>	<b>885.556</b>

- (a) A rubrica se refere ao valor pago pelos direitos de usufruto do Sítio Escurinho em Coremas-PB, onde a usina fotovoltaica está implantada.

## 11 Empréstimos e financiamentos

	2021	2020
Banco do Nordeste (a)	87.108.429	66.483.334
(-) Custos de transação (b)	(4.048.920)	(354.480)
(-) Fundo de reserva (c)	(5.629.868)	(4.087.843)
	<b>77.429.641</b>	<b>62.041.011</b>
Circulante	4.471.423	295.277
Não circulante	72.958.218	61.745.734
	<b>77.429.641</b>	<b>62.041.011</b>

- (a) Se refere ao saldo a pagar do financiamento tomado do Banco do Nordeste para construção do Complexo Solar de Coremas III à taxa de juros 2,7382% a.a. + IPCA. Primeira parcela a pagar com vencimento de 15/12/2021. O último pagamento de parcela de empréstimo (principal e juros) está contratualmente previsto para 15/11/2038. O fluxo de amortização está demonstrado a seguir:

2023	4.432.517
2024	4.392.345
2025	4.350.842
A partir de 2026	59.782.514
	<b>72.958.218</b>

- (b) Os valores alocados como custo de transação se referem às despesas incorridas com taxas de comissão, garantia e compromisso diretamente atribuíveis aos empréstimos tomados do Banco do Nordeste após a data de COD 17/11/2020. Estes valores estão sendo amortizados de acordo com o prazo de contratual da dívida.
- (c) O valor de fundo de reserva se refere à aplicação financeira cuja propriedade e posse direta foi concedida ao Banco do Nordeste em virtude do financiamento contratado. O saldo deste ativo, que representa no mínimo 6,15% do saldo devedor, podendo, de acordo com as regras contratuais, ser realizado pelo proprietário fiduciário para amortização da dívida bancária.

A movimentação do saldo dos empréstimos está demonstrada a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>-</b>
Despesas de juros incorporadas à dívida (capitalizados ao ativo imobilizado)	1.405.130
Despesas de juros incorporadas à dívida (com efeito no resultado)	1.058.227
Captação de empréstimos	65.386.542
Custos de transação do empréstimo	(354.480)
(-) Juros pagos	(1.366.565)
Aumento do fundo de reserva (aplicação restrita)	(4.087.843)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>62.041.011</b>
Despesas de juros incorporadas à dívida	9.845.126
Captação de empréstimos	21.603.115
Custos de transação do empréstimo	(3.799.293)
(-) Amortização custos de transação	104.853
(-) Juros pagos	(10.422.943)
(-) Amortização do principal da dívida	(400.204)
Aumento do fundo de reserva (aplicação restrita)	(1.542.024)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>77.429.641</b>

O contrato de empréstimo possui cláusulas restritivas (covenants) qualitativas e quantitativas, as quais são acompanhadas anual e mensalmente, respectivamente, pela Companhia.

## 12 Fornecedores

	2021	2020
WEG (a)	6.956.621	20.585.694
Pirapora 3 e 4 (b)	1.343.348	-
Outros fornecedores (c)	37.261	287.299
	<b>8.337.230</b>	<b>20.872.993</b>

- (a) Corresponde ao principal fornecedor para construção do Complexo Solar de Coremas III;
- (b) Corresponde ao saldo a pagar originado pelo acordo de cessão de energia firmado com as usinas Pirapora 3 e Pirapora 4 (participantes do 8º Leilão para Contratação de Energia de Reserva da ANEEL - 2015).
- (c) Corresponde a outros prestadores de serviços relacionados às rotinas da usina.

## 13 Outras contas a pagar

	2021	2020
Ressarcimento a pagar CCEE (a)	2.026.957	3.723.350
Rio Alto Energia (b)	146.618	146.618
Rio Alto Participações (b)	5.538	245.649
Acordo operacional	91.036	-
Outros	-	2.694
	<b>2.270.149</b>	<b>4.118.311</b>
Circulante	2.117.992	3.966.154
Não circulante	152.157	152.157
	<b>2.270.149</b>	<b>4.118.311</b>

- (a) **Ressarcimento a pagar CCEE:**  
O saldo de outras contas a pagar, no montante de R\$ 2.026.957, se refere ao saldo de reembolso devido pela Companhia em virtude de desvio negativo de energia apurado no fim do ano contratual em 2021. Conforme contrato de Energia de Reserva – CER (ver nota explicativa 1.2 e nota 3 (c)), os desvios são apurados pela diferença entre a quantidade de energia gerada e a quantidade de energia contratada. Em havendo desvio negativo de energia, no fechamento do balanço energético anual, a Companhia deve ressarcir o montante à CCEE. O cálculo do ressarcimento (i), bem como demonstração do saldo a pagar (ii) está demonstrado a seguir:
- (i) Cálculo do ressarcimento devido

Total desvios negativos apurados em MW	Preço de Venda	Valor Ressarcimento	Fator Multa Contratual	Valor Multa	Receita Retida	Ressarcimento Total apurado
(6.687)	409,49	(2.738.180)	15%	(410.727)	1.121.951	(2.026.957)

Foi considerado como ressarcimento operacional a valor calculado pela multiplicação do total do desvio negativo de energia pelo preço de venda atualizado da energia (R\$ 409,49 – conforme nota explicativa 1.2). A multa referente ao ressarcimento foi classificada no resultado, como despesa financeira.

- (ii) Calendário de retenção (quitação do reembolso)  
 O pagamento do ressarcimento no valor total de R\$ 2.026.957, demonstrado anteriormente, se dá por meio de retenção do valor a pagar à Companhia em 12 (doze) parcelas mensais. O saldo será compensado conforme está demonstrado a seguir:

<b>Parcelas a vencer</b>	<b>Valor</b>
jan/22	168.913
fev/22	168.913
mar/22	168.913
abr/22	168.913
mai/22	168.913
jun/22	168.913
jul/22	168.913
ago/22	168.913
set/22	168.913
out/22	168.913
nov/22	168.913
dez/22	168.914
	<hr/>
<b>Total - Outras contas a pagar</b>	<b>2.026.957</b>
	<hr/> <hr/>

- (b) **Mútuos Rio Alto Participações e Rio Alto Energia:** Saldo a pagar em decorrência de mútuo entre as partes para pagamento de fornecedores e gestão do fluxo de caixa. Não foram aplicados juros na transação e o prazo para liquidação é indeterminado.

## 14 Patrimônio líquido

### a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital estava dividido em 78.586.406 ações, no valor de R\$ 1 (um Real), parcialmente subscritas e integralizadas, conforme demonstrado a seguir:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
FIP Coremas	78.586.405	72.712.028
Nordic Power Partners P/S	1	1
Capital a integralizar	(5.414.084)	(4.845.832)
	<hr/>	<hr/>
	<b>73.172.322</b>	<b>67.866.197</b>
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
	<b>Nº Ações</b>	<b>R\$</b>
FIP Coremas	78.586.405	78.586.405
Nordic Power Partners P/S	1	1
(-) Capital a integralizar (FIP Coremas)	(5.414.084)	(5.414.084)
	<hr/>	<hr/>
<b>Total Integralizado</b>	<b>73.172.322</b>	<b>73.172.322</b>
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

**(i) Ações ordinárias**

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

*Emissão de ações ordinárias*

Em 2021, a Companhia emitiu 5.874.377 (cinco milhões, oitocentos e setenta e quatro mil trezentos e setenta e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de R\$ 1,00 cada. As novas ações são subscritas pelo acionista Fundo de Investimento em Participações Conjunto Coremas – Multiestratégia (FIP Coremas), com a anuência da acionista Nordic Power Partners P/S, as quais foram integralizadas parcialmente em moeda corrente em 21 de dezembro de 2021.

**15 Receita operacional líquida**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Receita bruta da venda de energia	23.421.873	4.122.251
(-) Tributos sobre a receita	(854.971)	(141.369)
	<b>22.566.902</b>	<b>3.980.882</b>

**16 Natureza dos custos e despesas**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Tarifas de transmissão de energia (a)	(955.031)	(75.957)
Custos da energia vendida	(3.497.028)	(143.534)
Depreciação e Amortização	(6.200.613)	(817.305)
Serviços prestados por terceiros	(927.196)	(274.261)
Ressarcimento CCEE (b)	(1.616.230)	(3.723.350)
Outras	(7.062)	(6.536)
	<b>(13.203.160)</b>	<b>(5.040.943)</b>
Custos dos serviços prestados	(10.308.551)	(933.255)
Despesas gerais e administrativas	(1.518.506)	(409.013)
Outras despesas	(1.616.230)	(3.723.350)
Outras receitas	240.127	24.675
	<b>(13.203.160)</b>	<b>(5.040.943)</b>

(a) Refere-se às taxas relativas à transmissão de energia que são cobradas com relação à distribuição da energia.

(b) Conforme apuração de ressarcimento à CCEE (nota explicativa 13 a)

## 17 Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Rendimento de aplicações financeiras	245.733	316.290
Variação cambial	60.998	34.444
Outras receitas	9.631	3.690
<b>Receitas financeiras</b>	<b>316.362</b>	<b>354.424</b>
Juros passivos sobre empréstimos (a)	(9.845.126)	(1.058.227)
Acordo operacional	(790.998)	-
Amortização custo de transação	(991.104)	-
Tarifa bancária	(7.044)	(25.136)
IOF	(20.588)	(9.092)
Variação cambial	(291.450)	(9.913)
Outras despesas financeiras	(413.947)	(7.518)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(12.360.257)</b>	<b>(1.109.885)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(12.043.895)</b>	<b>(755.461)</b>

- (a) Aumento significativo das despesas com juros em decorrência do aumento do IPCA em 2021, que impactou os juros incidentes sobre o saldo devedor do financiamento com o Banco do Nordeste (nota explicativa 11).

## 18 Imposto de renda e contribuição social

A composição do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro estão demonstradas a seguir:

### (i) Conciliação do lucro tributável

	2021	2020
Receita operacional tributável	23.421.873	4.122.251
Receita financeira tributável	316.379	235.513
<b>Total da Receita Tributável</b>	<b>23.738.252</b>	<b>4.357.764</b>
<b>Apuração do lucro presumido para fins de IRPJ</b>		
Alíquota de presunção sobre receita operacional	8%	8%
Alíquota de presunção sobre receita financeira	100%	100%
<b>Lucro presumido para fins de IRPJ apurado</b>	<b>2.190.129</b>	<b>565.293</b>
<b>Apuração do lucro presumido para fins de CSLL</b>		
Alíquota de presunção sobre receita operacional	12%	12%
Alíquota de presunção sobre receita financeira	100%	100%
<b>Lucro presumido para fins de CSLL apurado</b>	<b>3.127.004</b>	<b>730.183</b>

**(ii) Apuração do valor devido de IRPJ e CSLL**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
IRPJ Devido (alíquota 15%)	328.519	256.009
Adicional de IRPJ devido (alíquota 10%)	195.013	146.672
<b>Total de IRPJ devido</b>	<b>523.532</b>	<b>402.681</b>
CSLL devida (alíquota 9%)	281.430	217.852
<b>Total de CSLL devida</b>	<b>281.430</b>	<b>217.852</b>
IRPJ corrente devido	523.532	402.681
CSLL corrente devido	281.430	217.852
Ajustes de conciliação	-	(455.606)
<b>Total de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>804.963</b>	<b>164.927</b>

**19 Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas se referem aos valores movimentados entre empresas do grupo para pagamento de fornecedores e manutenção do fluxo de caixa. A composição da movimentação destes valores está demonstrada na tabela a seguir:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Passivo circulante</b>		
Coremas II Geração de Energia SPE S.A.	91.037	-
Rio Alto Energia	-	240.110
	<b>91.037</b>	<b>240.110</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Rio Alto Participações	5.539	5.539
Rio Alto Energia	146.618	146.618
	<b>152.157</b>	<b>152.157</b>

A remuneração aos diretores, por seus serviços, representada por salários e outros benefícios de curto prazo nos exercícios de 2021 e 2020, foi realizada pelos sócios controladores.

**20 Compromissos futuros**

A seguir estão divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026 a 2037</b>
CUST (a)	983.682	1.013.192	1.043.588	1.074.896	17.028.034
Manutenção (b)	656.400	689.220	723.681	759.865	13.893.644
Seguros (c)	232.949	244.596	256.826	269.667	5.015.442
<b>Total</b>	<b>1.640.082</b>	<b>1.702.412</b>	<b>1.767.269</b>	<b>1.834.761</b>	<b>30.921.678</b>

**a. Encargos devidos ao uso do sistema de transmissão (CUST)**

Durante toda a operação dos projetos a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso de sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) para empreendimentos contados na rede de transmissão.

**b. Contratos de operação de manutenção**

A Companhia possui contrato de longo prazo com fornecedor para manutenção das usinas fotovoltaicas.

**c. Seguros**

A Companhia mantém contratação de seguros que proporcionam cobertura para eventuais riscos operacionais, de responsabilidade civil e de perda e/ou deterioração dos ativos. A Administração considera que os valores segurados são suficientes para proteção de todos os ativos e compromissos de valores relevantes de alto nível de risco.

**21 Provisões para perdas em processos administrativos**

A Companhia é parte em processos administrativos para o qual a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, julgou o risco de perda como possível. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.

A descrição do processo é como segue:

Natureza	Descrição do Processo	Valor Estimado Perda
Administrativa	Possibilidade da aplicação de penalidade e execução da garantia por atraso na implantação da UFV Coremas III	<u>R\$ 7.243.139</u>

**22 Instrumentos Financeiros**

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros, de acordo com as políticas contábeis descritas na nota explicativa 4(a). O gerenciamento dos instrumentos financeiros ocorre por meio do acompanhamento da variação das taxas de juros e indexadores de empréstimos, da avaliação do risco de crédito de seus ativos, do monitoramento das cláusulas de covenants e da projeção do fluxo de caixa para os próximos exercícios financeiros.

**a. Classificação dos Instrumentos Financeiros**

	Valor Justo por Meio do Resultado		Custo Amortizado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Ativos</b>				
Caixa e conta corrente	-	-	46.407	3.008.660
Aplicações financeiras	7.255.774	145.615	-	-
Contas a receber	-	-	2.122.387	3.242.446
Outras contas a receber	-	-	1.161.353	981.468
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	-	-	9.373.451	20.872.993
Outras contas a pagar	-	-	2.270.149	4.118.311
Empréstimos e financiamentos	-	-	77.429.641	62.041.011

**b. Valor justo dos instrumentos financeiros**

	Nível (*)	2021		2020	
		Valor Contábil	Valor justo (i)	Valor Contábil	Valor justo (i)
<b>Ativos</b>					
Caixa e conta corrente	Nível 2	46.407	46.407	3.008.660	3.008.660
Aplicações financeiras	Nível 2	7.255.774	7.255.774	145.615	145.615
Contas a receber	Nível 2	2.122.387	2.122.387	3.242.446	3.242.446
Outras contas a receber	Nível 2	1.161.353	1.161.353	981.468	981.468
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	Nível 2	9.373.451	9.373.451	20.872.993	20.872.993
Outras contas a pagar	Nível 2	2.270.149	2.270.149	4.118.311	4.118.311
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	77.429.641	77.429.641	62.041.011	62.041.011

(i) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seus financiamentos é similar ao valor contábil.

(\*) A Companhia segue a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação

Nível 1 – preços cotados nos mercados para ativos e passivos idênticos

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

**c. Gerenciamento de riscos financeiros**

A Companhia é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites:

**(ii) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito. Em 2021, a Administração avaliou não necessário o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contratos.

*Contas a receber*

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais do cliente. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes. As estimativas são calculadas com base no registro histórico de descumprimento contratual e/ou inadimplências. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia avaliou não necessário o reconhecimento de uma provisão para redução ao valor recuperável.

*Aplicações financeiras*

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em aplicações financeiras que tenham um mercado líquido.

**(iii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, se causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

*Exposição ao risco de liquidez*

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais:

	Valor Contábil	Até 2022	Até 2023	Entre 2024 e 2025	A partir de 2025
Fornecedores	9.373.451	9.373.451	-	-	-
Empréstimo BNB	87.108.429	5.222.371	4.671.863	9.221.878	67.992.317
Outras contas a pagar	2.270.149	2.117.992	152.157	-	-
	<b>98.752.029</b>	<b>16.713.814</b>	<b>4.824.020</b>	<b>9.221.878</b>	<b>67.992.317</b>

**(iv) Riscos de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

*Análise de Sensibilidade*

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus Instrumentos Financeiros com o objetivo de mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado para preparação destas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco detectado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos a indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas.

	<b>Cenário Realizado</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Sensibilidade</b>		
			<b>Provável</b>	<b>Δ + 25%</b>	<b>Δ + 50%</b>
<b>Variação das taxas de juros e índices</b>	<b>31/12/21</b>	<b>31/12/22</b>			
Risco de aumento do taxas de juros e IPCA	10,06%	11,67%	1,61%	2,01%	2,41%
Risco de redução das taxas de juros e CDI	4,42%	5,50%	1,08%	1,35%	1,62%
			<b>Sensibilidade</b>		
		<b>Saldos em</b>			
	<b>Índice</b>	<b>31/12/21</b>	<b>Provável</b>	<b>Δ + 25%</b>	<b>Δ + 50%</b>
Risco de variação do passivo					
Empréstimos e financiamentos	IPCA	<u>87.108.429</u>	<u>1.402.097</u>	<u>1.752.622</u>	<u>2.103.146</u>
<b>Total</b>		<b><u>87.108.429</u></b>	<b><u>1.402.097</u></b>	<b><u>1.752.622</u></b>	<b><u>2.103.146</u></b>
<b>Risco de variação do ativo</b>					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	7.255.774	78.284	97.855	117.426
Fundo de reserva vinculado ao empréstimo	CDI	<u>5.629.868</u>	<u>60.742</u>	<u>75.927</u>	<u>91.113</u>
<b>Total</b>		<b><u>12.885.642</u></b>	<b><u>139.026</u></b>	<b><u>173.783</u></b>	<b><u>208.539</u></b>

## 23 Eventos Subsequentes

Em 14 de fevereiro de 2020 a Companhia recebeu o montante de R\$ 1.693.875 para integralização do capital social. A seguir está demonstrada a estrutura de capital em fevereiro de 2022:

	<b>Nº Ações</b>	<b>R\$</b>
FIP Coremas	78.586.405	78.586.405
Nordic Power Partners P/S	1	1
(-) Capital a integralizar (FIP Coremas)	<u>(3.720.209)</u>	<u>(3.720.209)</u>
<b>Total Integralizado</b>	<b><u>74.586.209</u></b>	<b><u>74.586.209</u></b>